



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA – PARFOR/PEDAGOGIA**

DEUSALINA POMPEU RODRIGUES

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA QUILOMBOLA: UM
ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE NOVA JUTAÍ, BREU BRANCO-PA**

BREU BRANCO -PARÁ

2023

DEUSALINA POMPEU RODRIGUES

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA QUILOMBOLA: UM
ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE NOVA JUTAÍ, BREU BRANCO-PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a banca examinadora da Faculdade de ciências da Educação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito final de aprovação no curso de Licenciatura em Pedagogia – PARFOR.

Orientador: Prof. Dr. Tiese Rodrigues Teixeira jr

BREU BRANCO -PARÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

- R696i Rodrigues, Deusalina Pompeu
A importância do ensino da história e da cultura quilombola: um estudo de caso na comunidade Nova Jutaí, Breu Branco-PA / Deusalina Pompeu Rodrigues. — 2023.
53 f.
- Orientador (a): Tiese Rodrigues Teixeira Junior.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Breu Branco, 2023.
1. História - Estudo e ensino. 2. Quilombolas - Educação. 3. Quilombos. 4. Cultura. I. Teixeira Junior, Tiese Rodrigues, orient. II. Título.

CDD: 22. ed. : 907

DEUSALINA POMPEU RODRIGUES

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA QUILOMBOLA: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE NOVA JUTAÍ, BREU BRANCO-PA

Trabalho de conclusão de curso apresentado a banca examinadora da Faculdade de ciências da Educação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito final de aprovação no curso de Licenciatura em Pedagogia – PARFOR.

Orientador: Prof. Dr. Tiese Rodrigues Teixeira Jr

Data da defesa: 26 de julho de 2023

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Tiese Rodrigues Teixeira Jr-orientador

Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves-Membro interno

Prof. Dr. Walber Christiano Lima da Costa- Membro interno

BREU BRANCO -PARÁ

2023

“A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação.”

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Antes dos meus agradecimentos, quero dizer o quanto está sendo emocionante esse momento pra mim, me enche os olhos de lágrimas e gratidão de coração, de poder chegar até aqui e poder agradecer todos que me ajudaram, na realização desse tão grande sonho, um sonho de criança, quando eu tinha entre 7 e 8 anos, eu já brincava de ser professora, dando aulas para meus irmãos e vizinhos no quintal da minha casa, até me passa um filme pela minha cabeça, e me faz voltar ao passado e ao mesmo instante percebo que o que vivo e a realização de um sonho. Após dê muito esforço e dedicação, entre lágrimas e sorrisos e com muita fé em Deus estou aqui firme e forte e realizada, graças a Deus.

Primeiramente agradeço imensamente a Deus, por tudo em minha vida, onde tudo que faço coloco em suas mãos, por ter me dado coragem, força e me socorrido espiritualmente diversas vezes, nessa jornada acadêmica, em segundo agradeço minha família, a minha mãe, Cláudio Sacramento Pompeu e a meu pai, Pedro Vieira Rodrigues, que são minha base, minha estrutura, meu exemplo de seres humanos, pessoas pobres , honestas ,humildes e batalhadoras que vivem da pesca e da agricultura, que mesmo através de todas as dificuldades que tiveram na vida, pela falta de recursos ou de oportunidades de estudar ou aprender outra profissão, para nos dar uma outra características de vida, e assim eles me ensinaram o quanto estudar é importante e ,sempre me apoiaram a nunca a desistir dos meus objetivos, agradeço também meus irmãos, por me ajudarem nos momentos que mais precisei, pelas palavras de apoio e carinho. E todos os outros familiares que de uma forma ou de outra me estimularam a continuar.

Agradeço imensamente o amor da minha vida, meu esposo ,Josafá Medeiros da paixão, pelo amor, carinho, dedicação e principalmente pelo incentivo de nunca desistir por mais exaltada e desacreditada que eu estivesse, por confiar em mim longe de casa, por cuidar de nós, do nosso tesouro que é o nosso filho, Pietro Jheymes Pompeu da paixão, por correr risco de vir me buscar à noite de moto nas estradas por baixo de chuvas, por noites mal dormidas me ajudando fazer os trabalhos, pelas palavras, por ter sido meu chão minha fortaleza, nos momentos que eu mais precisei ,você estava ao meu lado, Você é demais meu amor. Agradeço ao diretor Raileidson da Cunha Alves da escola E.M.E.I.E.F "Jutaí", por me inscrever no PARFOR e ter me dado a oportunidade de cursar a universidade, e por todo o apoio que recebi quando mais precisei, quando estava sem recursos para quitar a internet, nos períodos mais

grave da pandemia, quando precisei me ausentar do trabalho para estudar e por todas as palavras de incentivos.

Agradeço aos professores, Elilson Sacramento Pompeu, prof: de Matemática, Rosimário Pompeu Lima, prof: de língua portuguesa, Eli de Souza Vieira, prof.: de História, José Moreira Tenório filho, prof: de Ciências e presidente da associação quilombola de Jutáí, e Cláudia sacramento Pompeu a moradora idosa da comunidade, pelas entrevistas de pesquisas e trabalhos de campo.

Agradeço, a todos os docentes que contribuíram de forma positiva para minha formação acadêmica, em especial, à professora Vanja Elizabeth e ao professor Tiese Rodrigues Teixeira Junior, por me acolher de braços abertos, acreditar nas minhas inquietações e me conduzir pelo caminho da pesquisa na realização desta investigação. A banca examinadora, que prontamente e com ânimo aceitaram fazer parte desse momento tão importante em minha vida. E aos meus colegas de curso que foram verdadeiros companheiros nos momentos intensos de aprendizagem e de diversão nessa jornada.

Agradeço a Prof. Mestranda, Jhenyffer Lavigner pelas coo-orientações que muito contribuíram para minha pesquisa e me ajudaram a balizar meu trabalho final.

Finalmente, agradeço a todos os funcionários da escola E.M.E.I.E.F "Jutáí ", que participaram direta ou indiretamente desta pesquisa e que sempre me receberam com entusiasmo, afeto e atenção e por toda a disposição ao contribuir para que esse sonho se tornasse realidade.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o ensino da história e cultura quilombola, tendo como local de pesquisa a comunidade Nova Jutáí, em Breu Branco, Pa. A pesquisa é qualitativa e faz uso de documentos legais como a Lei nº 10.639/03 e a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar quilombola na Educação Básica e da narrativa de moradores do lugar. O foco da análise é refletir sobre como o debate na educação para quilombolas que emerge nos documentos analisados, destacando as tensões que surgem dentro do atual programa, que oscila entre garantias e descumprimento do direito à educação quilombolas. Além disso, questiona o conceito de educação quilombola e adota uma perspectiva de educação quilombola em seus reflexos em textos legais. Portanto, ainda há um longo caminho a percorrer até que o Brasil garanta o direito à educação da população quilombola.

Palavras-chave: Educação quilombola, Quilombo de Jutáí, Plano Nacional de Educação Quilombola.

ABSTRACT

This paper discusses the right to education from quilombolas and quilombo remnants, analyzing guarantees of this right in documents that have guided the country's educational policy in recent decades. The empirical material analyzed consists of Law nº 10.639/03 and Resolution CNE/CEB nº 8, of November 20, 2012, which defines the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education in Basic Education. The focus of the analysis is to reflect on how the debate on education for quilombolas emerges in the analyzed documents, highlighting the tensions that arise within the current program, which oscillates between guarantees and non-compliance with the right to quilombola education. In addition, it questions the concept of quilombola education and adopts a perspective of quilombola education in its reflections in legal texts. Therefore, there is still a long way to go before Brazil guarantees the right to education for the quilombola population.

Keywords: Quilombo Education, Quilombo de Jutáí, National Plan for Quilombola Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1-SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	12
2- PERCURSO METODOLÓGICO	Erro! Indicador não definido.
3.QUILOMBOS E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	17
3.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.....	28
4-DEMANDAS NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL "JUTAÍ"	32
5 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NA ESCOLA JUTAÍ: algumas narrativas	36
5.1. Líder comunitário	38
5.2. Língua portuguesa	40
5.3. Matemática.....	42
5.4. Moradora local	44
5.5. História	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	52

INTRODUÇÃO

Me chamo, Deusalina Pompeu Rodrigues, tenho 36 anos, filha de Pedro Vieira Rodrigues e Cláudia Sacramento Pompeu, venho de uma família de 10 irmãos, seis (06) mulheres e quatro (04) homens, onde nossa sustentabilidade se dá através da pesca e da agricultura. Atualmente sou casada tenho um filho, atuo como professora mediadora e professora das séries iniciais da escola E.M.E.I.E.F "Jutaí " da comunidade, levo uma vida simples e humilde dentro do Quilombo que tanto amo. Moro no município de Breu Branco-PÁ, em uma comunidade quilombola chamada nova Jutaí, a 45 km a oeste do município de breu branco, a margem do rio Tocantins onde temos como vizinho a 3 km ao leste a vila Nazaré dos Patos, a 25 Km ao oeste a vila de Branquelândia, a 4 Km ao Sul a comunidade de Santa Maria do Andirobal, onde seus habitantes se chamam Jutaienses.

A comunidade quilombola Jutaí nunca foi demarcada territorialmente, até o último censo contava com 2.200 habitantes, a sua base econômica é a pesca, agricultura familiar, mandioca, cacau, banana, açaí entre outros, também a extração de produtos naturais como a castanha do Pará, Bacuri, Uxi, Bacaba, Piquiá, dentre outros.

O índice de desenvolvimento escolar é considerado baixo, onde a maioria dos pais com 40 anos acima poucos conseguem desenvolver uma boa leitura, onde as pessoas mais velhas, não sabe assinar o próprio nome, e quanto não são analfabetos, a partir dos anos de 1990, o ensino em nossa comunidade começou a receber mais atenção e apoio das políticas públicas e diretrizes escolares, Por que hoje a Escola Municipal de Educação Infantil Ensino Fundamental "Jutaí", a qual eu faço parte com educadora das séries iniciais moradora e filha do lugar temos a possibilidade de desfrutar de um espaço de melhor qualidade educacional tanto para com os nossos alunos quanto para os professores, com materiais pedagógico mas qualificados, com professores mais preparados e filhos da própria comunidade, com meio de transporte mais adequado, com merenda escolar mais frequentes e de boa qualidade, onde essas estruturas educacionais proporcionaram desenvolvimentos e grandes avanços para a alfabetização das nossas crianças onde há cada ano vem caindo o alfabetismo em nossa comunidade.

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a importância do ensino da história e da cultura negra, a partir de uma comunidade quilombola. Os objetivos específicos

são refletir sobre o conceito de Quilombo, de educação Quilombola e registrar informações históricas e culturais a partir das narrativas orais. A pesquisa é qualitativa de viés antropológico e tem como fontes documentos oficiais e a narrativa de moradores da comunidade. Uma pesquisa desta natureza se justifica pela necessidade de que haja um fortalecimento dos estudos que reflitam a questão racial em nossa região. O trabalho está dividido em uma introdução, quatro capítulos e uma conclusão.

1-SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Do ponto de vista normativo (Brasil, 2012), a Educação Escolar Quilombola EEQ, é uma modalidade de ensino que deve ser ministrada por instituições de ensino localizadas nos territórios quilombola, ou que ofereçam diferentes etapas da educação básica para alunos dessas áreas e modalidades de ensino. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar de Jovens Quilombolas pautam-se nos privilégios de: memória coletiva; línguas reminiscentes; marcos civilizatórios; práticas culturais; tecnologias e formas de produção do trabalho; acervos e repertórios orais; festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; e, por fim, territorialidade (Brasil, 2012).

Essas diretrizes trouxeram termos como “pedagogia própria”, “respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade”, “grupos culturalmente diferenciados”, “formas próprias de organização social”, necessidade de “elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo” (Brasil, 2012), e outras expressões correlatas que ancoram a EEQ às diferentes realidades socioculturais a que cada comunidade está submetida. É inegável que a implementação de políticas de educação quilombola representadas por suas respectivas diretrizes curriculares desafiava o modelo clássico da escola republicana¹, antes de tudo, a estreita ligação entre o futuro da escola e o futuro da comunidade local, em sua especificação.

Dessa forma, a escola republicana esperava formar uma nova disposição social nos indivíduos por meio da etiqueta, disciplina e moralidade, o que não afetaria a disposição familiar e social, mas lhes daria relativa autonomia para trilhar o novo caminho. e decisões prévias nestas circunstâncias. A oposição proporcionada pela ação escolar não apenas garantirá a produção de novos tipos de indivíduos, especialmente os cidadãos nacionais nas democracias liberais, para além das condições impostas por seus grupos primários, mas, em certa medida, solidariedade social e de autoridades legítimas, tanto familiares quanto comunitárias.

¹ O programa institucional clássico criado por Dubet (2011) está vinculado ao modelo escolar republicano e se baseia no estabelecimento de um contraponto às formas dominantes de pertencimento e vínculo pessoal na formação. Justamente porque afirma a noção de que o indivíduo deve ser dono de seu próprio corpo e destino, ao invés de se submeter a decisões familiares por linhagem ou pertencimento direto à comunidade que define seu lugar e rede de proteção (Castel, 2005).

Cada quilombo tem sua formação histórica e carrega consigo uma peculiaridade normalmente só encontrada neste território, a comunidade remanescente de Quilombola de Vila nova Jutá – Breu Branco/PA está inserida nesta análise. A Vila Nova Jutá é resultado de uma série de conflitos e acidentes naturais, um dos quais ocorrido em 1980, que acabou destruindo o antigo vilarejo e obrigando os moradores a construir o atual vilarejo, processos que acabaram fragilizando a cultura, a identidade e os costumes que outrora comemorado no antigo território, uma ilha chamada Ilha Grande Jutá, banhada pelo rio Tocantins no estado do Pará, agora também está ameaçada por um novo modo de vida moderno, produto da tecnologia atual que a vila vive hoje. (PAIXÃO, 2019).

Do ponto de vista analítico (Arruti, 2017; Maroun e Carvalho, 2017), aduzem que a EEQ parte de uma perspectiva diferente da descrita anteriormente, enfatizando a importância da interface entre a prática e os saberes pertencentes à tradição escolar na prática, bem como a importância e o conhecimento que são compartilhados por cada comunidade que compõe o heterogêneo universo dos quilombos no Brasil. Menos contrastante e idealmente mais conciliador, o seu tipo ideal na legislação nacional prevê que a EEQ será indissociável da memória, das formas de solidariedade e do poder local, ao mesmo tempo que deverá contemplar os saberes ou cursos de conhecimentos gerais previstos no ensino básico conhecimento.

O conceito contemporâneo de quilombo, embora seja debatido seu significado (Jorge, 2016; Miranda, 2018) ou o processo de ressemantização (Arruti, 2006), refere-se a grupos que se autodenominam remanescentes de quilombos e compartilham algumas características comuns, como : baseada na solidariedade organização social específica e parentesco; territorialidade caracterizada pelo uso comum da terra; origem ou ancestralidade comum; memória coletiva compartilhada de ocupação da terra e histórias de formação de grupo; afirmada por costumes, rituais e/ou conhecimentos compartilhados (identidades coletivas que são (re)construídos ou em processo de (re)construção (Arruti, 2006).

Nesse sentido, o conceito abarca em sua formulação o pressuposto de que cada comunidade quilombola teve seu próprio processo de construção e reafirmação identitária, sugerindo a falta de um modelo prontamente disponível de como esses grupos se formaram e como se autodenominam. As comunidades quilombolas, como sujeitos de direitos, ainda são uma realidade relativamente nova na história republicana nacional, pois muitas delas ainda estão em processo de reconhecimento

ou titulação (Jorge, 2016). Se considerarmos que o modelo normativo da EEQ surgiu somente após a publicação de suas diretrizes, então, em 2012, podemos dizer que estamos diante de um processo de construção e legitimação, tanto para uma educação diferenciada quanto para o fortalecimento da identidade étnica desses grupos (Barth, 2000).

Entendesse que a EEQ é ainda um trabalho em curso e sujeito a experimentação por parte dos gestores do sistema educativo, dos agentes escolares e da própria comunidade. Como adverte Arruti (2017, p. 109), “a educação escolar quilombola não é nem uma realidade da qual possamos propor um retrato preciso, nem uma proposta pedagógica específica ou uma política), pública definida”. No entanto, a indissociabilidade entre o percurso escolar e a comunidade quilombola tornou-se uma experiência concreta no contexto do sistema público de ensino. Maroun e Carvalho (2017) analisaram etnograficamente duas escolas em quilombos, em diferentes contextos, etnográfico, e as experiências da EEQ podem revelar-se tão diversas quanto os processos de formação e auto atribuição das próprias comunidades.

2-PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo inseriu-se com uma abordagem qualitativa e trouxe a intenção de analisar como se desenvolveu a escolarização quilombola. Procuramos entender como as escolas desenvolvem programas de ensino político que se alinham com o conhecimento da comunidade. Para Ludcke e André (1986), uma das dificuldades da pesquisa educacional é perceber a realidade dinâmica e complexa de cada objeto de estudo. As informações coletadas precisam ser comparadas com o conhecimento teórico. Oliveira (1998) relata que o trabalho dos antropólogos envolve ver, ouvir e escrever.

O autor enfatiza a importância desses alicerces para o sucesso da obra. Ele reúne informações pela visão e pela audição. Nas palavras do autor, talvez a primeira experiência de um pesquisador de campo – ou no campo – seja a domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que estamos prontos para a pesquisa empírica, o objeto do nosso olhar já está alterado pela forma como o observamos (OLIVEIRA, 1998, p. 19). O trabalho de campo é repetitivo e ver e ouvir são essenciais para poder interpretar as diferentes situações vividas. Inicialmente focamos na aparência dos locais de observação, depois nas observações participantes, conversas informais e anotações de diários de campo.

A etapa final é um momento de construção por meio da interpretação do que é observado e da reescrita do contexto, tradição e diálogo ocorridos durante o evento ao vivo. Cardoso de Oliveira (1998, p. 29) entende os “o diário e a caderneta de campo como modos de escrever que” se diferenciam do “texto etnográfico final”. Malinowski (1980, p. 43) propõe três categorias de métodos:

Primeiro o pesquisador deve ter objetivos realmente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna. Segundo, deve colocar-se em boas condições de trabalho, ou seja, principalmente viver sem a companhia dos outros homens brancos, bem no meio dos nativos. Finalmente, deve aplicar um certo número de métodos particulares para coletar, manipular e estabelecer seus dados.

Na mesma linha, Valente (1996) argumentou que os diários de campo poderiam ser uma ferramenta ideal para coletar e registrar impressões, que foram consideradas informações relevantes e superficiais, e transformadas ao longo da investigação. Deste ponto de vista, é preciso definir o espaço para que seja diferente, não mais apenas “exótico, o estranho, o distante. Ele passará a ser também próximo,

familiar, conhecido". Ele também se torna próximo, familiar, conhecido" (VALENTE, 1996, p. 58, grifos).

Os pesquisadores precisam tornar o exótico familiar e ver o familiar como exótico. Damatta (1978) explicou que o exotismo depende da distância social, e que a distância é um componente da marginalidade. Essa marginalização é alimentada por uma sensação de isolamento que implica solidão. Este processo integra uma longa cadeia de liminares e alienantes. É preciso aprender a tarefa de "(a) converter o exótico em familiar e/ou o familiar em exótico" (DAMATTA, 1978, p. 28, grifo nosso). Em ambos os casos, é necessária uma experiência para que possam encontrar seu lugar fora do significado e do enigma social.

Na primeira transição, DaMatta (1978, p. 29) explica: "A jornada do etnólogo é como a do herói clássico, dividida em três momentos distintos e interdependentes: saída de sua sociedade, encontros dentro dos limites de seu mundo social e, finalmente, "retorna triunfante" [...] ao seu time com o troféu". No segundo turno, DaMatta (1978, p. 29, enfaticamente) "a jornada da confirmação é como a do xamã: um movimento violento e, paradoxalmente, não se sai do lugar.

O primeiro roteiro é direcionado aos professores para verificar se o conhecimento local está sendo processado em sala de aula. O segundo roteiro é para os pais, e procuramos saber o que os pais pensam sobre o ensino que a escola vem desenvolvendo. Também preparamos entrevistas semiestruturadas, geralmente em grupos familiares.

3 QUILOMBOS E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

O próximo capítulo procura explorar o conceito de quilombo, em contextos históricos e contemporâneos. Há dois momentos históricos, o primeiro antes da constituição de 1988 e o segundo em 1988. Busca compreender as linhas pelas quais os povos africanos escravizados se organizaram contra o regime imposto na contemporaneidade, é utilizado para explicar a dimensão política, ou seja, como forma de organização, ou seja, como símbolo de resistência na luta do povo negro em o país. Teremos um debate teórico sobre a educação quilombola.

Também descreveremos o surgimento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), como evoluiu a necessidade da educação quilombola e destacaremos a relevância da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação quilombola nas escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombo.

Quilombo são comunidades desenvolvida era da escravidão ou pós-escravidão, resultando no uso generalizado de escravos e libertos para garantir sua liberdade e seu sustento. Segundo Munanga (2016, p. 71 “a palavra quilombo é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovibundo para se referir a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mas especificamente na área formada pela atual república Democrática do Congo (antigo Zaire) a Angola”.

No Brasil, os quilombos se estabelecem como comunidades autônomas, portanto, planejam sua existência própria e coletiva. São comunidades que defendem tradições, valores, crenças e costumes. Os africanos escravizados ainda resistiram e contribuíram para o desenvolvimento de novos territórios fora da África, combatendo a escravidão. Os quilombos formaram associações abertas a todos contra a estrutura da escravidão impondo um outro modo de vida, uma outra estrutura política em que se encontravam todos os tipos de oprimidos, assim como o quilombo era um refúgio de conceitos contraditórios de escravos negros fugitivos. (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 71).

Essa característica revela semelhanças entre quilombos africanos e brasileiros. Munanga e Gomes (2006, p. 71), referindo-se aos quilombos brasileiros, os veem como “[...] cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata [...]”. Esses grupos que escapavam dos grandes

donos de fazendas e ocupavam territórios desabitados e de difícil acesso. Portanto, o quilombo não pode ser considerado um elemento isolado da África, pois foi reconstruído por escravos que lutavam contra as estruturas escravistas, reunidos em associações que buscavam uma forma de vida alternativa em que existisse cidadania e liberdade. Indivíduos que são política e racialmente únicos porque:

O quilombo é uma união fraterna e livre, com laços de solidariedade e convivência, resultante do esforço dos negros escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da organização de uma sociedade livre. Os quilombolas eram homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 72).

No Brasil, o quilombo mais famoso e expressivo é o de Palmares. Segundo Moura (1993), os Palmares eram uma expressão de rebelião e um símbolo de resistência à escravidão. Durou quase cem anos, período durante o qual desestabilizou a escravidão regionalmente. Esta história invisível. Feito inteiramente por homens brancos, há, portanto, várias vozes que não podem ser ouvidas nas biografias oficiais. O relato é feito pela maioria, e há memórias por trás dele que não conseguimos ver, e tem grande relevância para a compreensão da sociedade. “Desde mil e quinhentos, tem mais invasão do que descobrimento! Tem sangue retino pisado atrás do herói emoldurado, mulheres, tamoios, mulatos, eu quero o país que não está no retrato!”. (NASCIMENTO, 2019).

Esta seção mostra que muitos heróis são esquecidos ou enfraquecidos, e aqui citamos Zumbi, um dos maiores líderes de todos os tempos. Participou da luta pelo fim da escravidão colonial e da liberdade religiosa no Brasil.

Moura (1993, p. 78).

Em Palmares, grupos de escravos desenvolveram uma dinâmica de troca, de trabalho e de estrutura social que revivia a organização social tradicional de antigos reinos africanos: Congo, Angola, Benguela, Cabinda. Nesse processo, alianças e costumes eram restabelecidas e os chefes de grupos reuniam-se periodicamente em conselhos para decidir a vida em coletividade com a participação de todos.

Nessa mesma linha de pensamento, Leite (2000, p. 333) afirma “falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção”. Quilombo era, segundo definição do rei de Portugal, feita pelo conselho ultramarino, em 1740 “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões neles”. (MOURA, 1993, p. 11).

Dessa forma, podemos perceber que a definição de 1740 tentava descrever um quilombo como um lugar onde exilados negros viviam em grupos sem moradia fixa e sem pilões². A territorialização dos espaços negros envolve muitas origens possíveis das chamadas terras de Preto, permitindo através delas uma representação de sua posse e uma representação de sua realidade de grupo e da realidade da terra. Muitas terras foram doadas por antigos donos a fiéis escravos; outras vieram de terras doadas a santos, Terras de Santo, onde se assentaram negros libertos; muitos grupos, comunidades, vilas, bairros, como são chamados hoje, é resultado da ocupação de terras devolutas logo após a abolição, ou compradas por ex-escravos, onde constituíam famílias e organizavam o modo de vida camponês. (Guthmo, 1996, p. 8).

Segundo Moura (1993), os escravos fugitivos serviram como uma forma de resistência para negros e índios escravizados após a fuga de seus senhores em grupos. Fugiram de casarões, senzalas, cativeiro e criaram um africano nas matas brasileiras, depois formaram quilombos. A vivência comunitária dos africanos e seus descendentes como estratégia de resposta à escravidão tem formas próprias de proteger esses espaços, onde os indivíduos pertencentes a esses territórios continuam a manter parentesco e fortalecer expressões culturais.

Os quilombos, sejam eles rurais ou urbanos, requerem uma formação específica voltada para a incorporação do conhecimento de sua convivência e relação com a terra e de sua ancestralidade africana em sua prática pedagógica. Os quilombos exigem que as políticas públicas respeitem suas inter-relações com a história, a economia, a política, a sociedade, a cultura e a educação. A história dos quilombos brasileiros tem sido construída de diferentes formas, com estratégias e lutas pelo direito de conhecer a própria história e origens, contra o racismo, direito à terra, respeito, trabalho e educação.

Na história da luta dos povos quilombolas, o movimento quilombola e o movimento negro foram os principais protagonistas políticos que planejaram as ações de diferentes etnias fugitivas pelo país. Participam desse movimento líderes de fuga que demonstram a singularidade de suas comunidades, principalmente no que diz respeito à escolarização. Já que a principal manifestação do movimento negro é a Quilombage retratada por Nascimento (1980). O quilombismo se estrutura de forma

² Salientando, que o pilão se trata de um utensílio doméstico, de madeira, usado para triturar os alimentos que servia para a própria alimentação e para trocas realizadas entre vizinhanças e nas feiras da cidade, o que na comunidade do Jatobá ainda persiste, usam o pilão para triturar o milho, fazer o colorau e outros.

associativa, pode se localizar no centro da mata, é inacessível, contribui para a defesa e sua própria organização econômica, social e se presume modelos organizacionais permissivos ou tolerantes, muitas vezes com finalidade ostensivamente religiosa. (Nascimento, 1980, p. 255).

Notavelmente, os primeiros africanos chegaram ao Brasil em 1554, e o tráfico de escravos continuou por 316 anos. Os quilombos aparecem onde quer que existisse escravidão, como forma de debate e resistência dos povos africanos à escravidão da época. (Mola, 1981).

Durante a escravidão no Brasil, os africanos e seus descendentes criaram diversas formas de resistir à exploração que sofriam. A ideia de que homens e mulheres negros foram receptores passivos de todos os abusos sofridos durante a escravidão é um erro histórico causado, entre outras coisas, pelo desconhecimento do processo de luta e racismo que se desenvolveu entre as diversas etnias africanas aqui escravizadas, mesmo quando velado, gera uma percepção negativa das pessoas que são obrigadas a migrar da África para o Brasil (MUNANGA, 2016).

Segundo Moura (1993, pp. 13-14), “a quilombagem foi apenas uma forma de resistência. Outras, como o assassinio dos Senhores, dos feitores, dos capitães-domato, o suicídio (...) se alastravam por todo período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo”. Podemos observar a relevância dos escravos fugitivos no Brasil desde os primeiros surtos de revoltas negras no Brasil porque, como diz Moura (1981, p. 18), “o quilombo como forma de organização ocorreu em todos os lugares onde houve regime escravista”. Na década de 1970, as abordagens antropológicas sociais enfatizavam aspectos organizacionais e políticos.

Para Moura (1987), o quilombo é uma forma de organização política contra a opressão porque, como vimos, “marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos”. (MOURA, 1987, p. 12-13). A questão dos quilombos se caracteriza pela defesa dos direitos dos afrodescendentes escravizados que precisam assegurar seus territórios e tradições na luta pela consolidação nas discussões de projetos para o país.

Nascimento (1980, p. 255) mostrou que o quilombismo se organizava em grupos que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico, social própria, como também

assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas”. A revolta dos negros escravizados persistiu durante a perpetuação da escravidão. A Quilombage foi implantada como força vital na supressão da escravidão, que submetia os africanos a condições desumanas e degradantes. De fato, Nascimento (1980, p. 255) afirma que “a multiplicação dos quilombos fez dele um autêntico movimento amplo e permanente”.

O quilombismo foi concebido como o processo de resistência negra contra a opressão da escravidão, buscando a aprovação da sociedade brasileira e dos negros do continente americano. Para Nascimento (1980, p. 257), o quilombismo tem “caráter nacionalista, sendo que nacionalismo aqui não deve ser traduzido como xenofobismo”. Ao mesmo tempo, o quilombo assumiu novas proporções e alcançou maior diversidade, pois com o fim da escravidão não desapareceu, muito pelo contrário, deixou de ser explorado pela ordem repressiva e tornou-se uma organização coesa, metáfora na política atual. discurso, como símbolo de resistência. (ARRUTI, 2006).

O autor apresenta três formas de ressemantização:

1) “resistência cultural”, tendo como característica principal a persistência ou produção de uma cultura negra no Brasil;

2) “resistência política”, tendo como representação a relação entre classes populares e ordem dominante;

3) “resistência negra”, associada ao Movimento Negro, somado à perspectiva cultural ou racial. (ARRUTI, 2006).

Dentro do movimento negro, o quilombo (como sinal de expressão negra de resistência) é visto como um lugar de experiência negra. No entanto, o quilombo não se limita a fugir e envolve desafio de grupo e autossuficiência. O que define o quilombo é a substituição das condições do escravo pelas condições do camponês livre. Mesmo assim, a comunidade quilombola não apenas pinta um quadro de um passado rebelde e isolador, mas inclui dentro de si as formas pelas quais o grupo se entende e se define.

Munanga (2012) aponta que, ao falar do conceito de identidade, esse conceito advém do processo de autoidentificação. Vale ressaltar que muito desse reconhecimento se deveu à luta árdua das comunidades fugitivas marcadas pelo movimento negro. Nascimento (1980) entendia o quilombismo como “encontra-se em constante atualização, atendendo as exigências do tempo histórico e do meio

geográfico onde está inserido”. Para Nascimento (1980, p. 257), “percebe-se o ideal quilombista difuso, porém consistente, permeando todos os níveis da vida negra e os mais recônditos meandros e refolhos da personalidade afro-brasileira”.

Ao mesmo tempo, na cartilha do Programa Brasil Quilombola, produzida pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), destaca que, na década de 1990, foram feitas reflexões sobre o I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, com o tema “Terra, Produção e Cidadania para Quilombolas”.

Em 20 de novembro do mesmo ano, a Marcha Zumbi dos Palmares, pela vida e pela cidadania, reuniu cerca de 300 mil pessoas na Praça dos Três Poderes para comemorar o tricentenário de Zumbi dos Palmares, qualificando formalmente a mais expressiva contribuição e defesa do movimento negro na país Representação política em pauta. Foi nesse cenário que a questão dos escravos fugitivos entrou no cenário nacional.

O reconhecimento legal de direitos específicos, no que diz respeito ao reconhecimento do domínio da comunidade quilobola, gerou novas demandas, gerou proposições legislativas nas esferas federal e estadual, facilitou a edição de decretos e normas processuais administrativas, em consonância com o desenvolvimento de políticas de promoção social para esse setor (Brasil, 2005, p. 12). As reivindicações e pressões sociais levaram o Estado brasileiro a buscar reparação pelos danos causados aos afrodescendentes escravizados, levando ao reconhecimento de terras ocupadas por coletivos negros que se rebelaram contra o regime escravagista. Por meio da Constituição Federal de 1988, o estado reconheceu o direito à terra dos foragidos. está determinado

Leite (2000) observou que, após a implementação da constituição de 1988, uma nova agenda emergiu na política nacional. Ativistas do movimento afrodescendente e negro estiveram envolvidos em discussões sobre o que era um escravo fugitivo e quem era um escravo fugitivo. O Ministério de Relações Públicas convoca a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para contribuir com o desenvolvimento de um novo conceito remanescente de quilombo.

Ou seja, o quilombo não é apenas uma realidade explícita, mas deve ser visto como um conceito que engloba experiências historicamente localizadas no tecido social brasileiro. (LEITE, 2000, p. 341). A teoria concebe as comunidades escravas fugitivas a partir da ideia de atividades de uso comum de suas terras, que a

comunidade vê como um espaço coletivo a ocupar e explorar por meio das normas e acordos dos diversos grupos familiares que os compõem, onde as relações são centradas na solidariedade e na ajuda mútua.

No entanto, a pesquisa mostrou que, além dos métodos de produção agrícola, , “a percepção dos quilombos sobre a propriedade é inversa à noção de posse comunitária, na medida em que somente uma pequena parcela de pessoas entrevistadas em estudos de campo afirma que a área ocupada pela família é coletiva”. (BRANDÃO; DALY; GOUVEIA, 2010, p. 72). Segundo Arruti (2006), falar sobre quilombos hoje é tratar de uma categoria polêmica. As discussões entre antropólogos e historiadores giram em torno de como o plano de análise se relaciona com o plano da política e das normas.

Arruti (2006, p. 96) define seus traços normativos relacionados à agricultura rural e uso coletivo como “apossamento secular, adequação a critérios ecológicos de preservação de recursos, presença de conflitos e antagonismos vividos pelo grupo e, [...] uma mobilização política definida em termos de autoidentificação quilombola”. Assim, ao mesmo tempo, o termo quilombo não se refere a vestígios arqueológicos ou vestígios de ocupação do tempo ou evidências biológicas. Nem grupos isolados, nem grupos estritamente homogêneos.

Da mesma forma, nem sempre são movimentos insurrecionais ou rebeldes, mas sobretudo grupos que praticam a resistência cotidianamente no processo de manter e reproduzir seu modo de vida característico e consolidar seus territórios. As identidades desses grupos também não são definidas pelo tamanho e número de seus membros, mas por suas versões compartilhadas de experiências vividas e contínuas como um grupo.

Nesse sentido, constituem a definição conceitual da antropologia de grupo étnico como um tipo de organização que confere um sentido de pertencimento por meio das normas e meios utilizados para significar pertencimento ou exclusão. [...] em termos de territorialidade desses grupos, a ocupação do solo não se dá na forma de lotes individuais, mas principalmente de uso comum. A utilização destas áreas está sujeita à sazonalidade das atividades, sejam elas agrícolas, extrativas ou outras, baseadas no parentesco e vizinhança, nas relações de solidariedade e reciprocidade, utilizando e apropriando-se dos elementos essenciais do ecossistema de diferentes formas. (O'DWYER, 1995, p. 2).

Aspectos da história envolvendo os quilombos destacam a resistência negra. Os negros exigiam reparação do Estado pelos crimes cometidos e reafirmavam que por meio da construção de novas identidades, saberes, crenças e valores não eram excluídos. As comunidades negras fugitivas têm suas próprias formas de sustentar sua cultura, seu modo de vida social e econômico. Os moradores dessas comunidades valorizam as tradições culturais de seus antepassados, religiosos ou não, e as recriam no presente. Eles compartilham uma história compartilhada, têm normas claras de pertencimento e estão cientes de suas identidades. Também são conhecidas como quilombos, terra de preto, terra de santo ou comunidades remanescentes do santíssimo. (MOURA; BARBOSA, 2006, p. 3).

O quilombo representa uma forma de resistência negra refletida nas lutas atuais, quando todo negro que se percebe negro se integra à luta de seus antepassados e passa a reivindicar equidade na luta da nação contra o racismo que nega posição de direitos civis básicos. Estas, porém, buscam amenizar e reparar os danos causados à nação e reiteram a necessidade de valorização das crenças, saberes e sentimentos do grupo por meio da construção de uma nova identidade.

A Educação Escolar Quilombola foi regularizada no contexto educacional há sete anos, embora há muito tempo o Movimento Negro e Quilombola tenha lutado por uma educação eficiente, a Educação Escolar sempre foi prioridade para esses movimentos. A luta por uma educação que beneficiasse a todos faz parte da história da formação social brasileira. “Os direitos políticos beneficiavam a pouquíssimos, dos direitos civis ainda não se falava, pois, a assistência social estava a cargo da igreja e de particulares” (CARVALHO, 2006, p. 24). A história da educação brasileira teve como balizadora a organização de uma sociedade dualista, devido aos séculos de escravidão que vai além desse período.

No ano de 1930, no Brasil surgiu o Ministério da Educação e Saúde e o Conselho Nacional de Educação, organizando o ensino superior. Data de 1931, também, a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sob a influência do ideário escola novista, surgido na Europa e nos Estados Unidos. (CARRIL, 2017). O Manifesto vinha a público no âmago das disputas pela condução das políticas do recém-criado Ministério da Educação e Saúde no Brasil (em 1930), e seu texto exibiu um triplo propósito: buscava novos ideais na educação, a partir da modernização do sistema educativo; com a publicação do Manifesto apareciam os pioneiros da Educação Nova, descaracterizando as investidas anteriores na arena educacional e,

finalmente, o texto se produzia como marco fundador no debate educativo brasileiro. (CARRIL, 2017).

Realizou-se nesse período, a criação de uma escola unitária que aproximasse o mundo do trabalho do mundo da escola. As pretensões para o desenvolvimento de uma formação profissional, técnica e humanista, contudo, foram atendidas por meio de pacotes escolares de curta duração, no ensino noturno, com os exames e o ensino supletivo adaptado para facilitar a escolarização popular, políticas estas muitas vezes de caráter populista. (CARRIL, 2017). A escola pública não contemplará uma grande parte da sociedade brasileira e, principalmente, deixa o negro à margem do direito à educação.

Por isso, segmentos negros letrados estruturaram um movimento de organização sobretudo a partir da criação da Imprensa Negra. São Paulo e Rio de Janeiro foram os principais centros dessa mobilização dos afro-brasileiros que, desde 1910, buscaram alcançar a cidadania que a abolição não concretizara. No tocante à escolarização, observa-se a ascensão de uma intelectualidade negra que reconhecia no domínio da escrita um meio para adentrar espaços sociais, entendendo que na prática, mesmo tendo garantido o direito dos libertos estudarem, a eles não eram oferecidas as condições necessárias para a escolarização. Porém um segmento social negro alcançara níveis de instrução criando as suas próprias escolas. O ensino era oferecido por pessoas escolarizadas, que adentravam a rede pública gratuita, os asilos de órfãos e vagas nas escolas particulares. (CARRIL, 2017, p. 550).

Nesse cenário, na tentativa de questionar a exclusão dos negros da sociedade brasileira surge o Movimento Negro que de acordo com Domingues (2007) a primeira fase ocorreu entre 1889-1937, depois de um ano da abolição da escravatura, período em que foi proclamada a República. A população negra continuou não sendo beneficiada, os escravos e ex libertos continuaram marginalizados na sociedade. Na tentativa de reverter esse quadro, foram criados movimentos de mobilização racial no Brasil como grêmios, clubes ou associações. Nesse mesmo período surgiu a “imprensa negra”, correspondente a jornais publicados por negros que tratavam de problemas enfrentados por eles como: moradia, trabalho, saúde e educação, pensando soluções para o racismo tão presente na sociedade brasileira. (DOMINGUES, 2007).

Em 1931, a Frente Negra Brasileira (FNB) teve um avanço significativo, a entidade já possuía um alto nível de organização e condições financeiras para manter

a escola, time de futebol, grupo musical e cursos de formação política. No ano de 1936, chegou a transformar-se em partido político, na tentativa de participar das eleições futuras, no entanto, foi implantada a ditadura do “Estado Novo” que vetou todas as organizações políticas. (DOMINGUES, 2007). Domingues (2007) afirma que a segunda fase do movimento negro ocorreu entre 1945- 1964.

É mister ressaltar que durante o período do Estado Novo houve repressão política contra todos os movimentos contrários ao governo; no entanto, o Movimento Negro ressurgiu depois da queda de Getúlio Vargas. Esta fase do movimento negro não tinha o mesmo poder de articulação comparada à fase anterior e possuía como principais agrupamentos a União dos Homens de Cor (UHC), que tinha como finalidade “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. (DOMINGUES, 2007, p. 108).

Além da UHC, destaca-se o Teatro Experimental do Negro (TEN), uma associação idealizada principalmente como utensílio de resgate dos princípios afrodescendentes. “Nosso teatro seria um laboratório de experimentação cultural e artística, cujo trabalho, ação e produção explícita, e claramente enfrentavam a supremacia cultural elitista-arianizante das classes dominantes”. (NASCIMENTO, 1980, p. 68). 34 A terceira fase do Movimento Negro ocorreu entre 1978 e 2000 com a reestruturação dos movimentos populares, sindical, estudantil e a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). A seguir, criou-se o Movimento Unificado contra a discriminação Racial (MUCDR) objetivando lutar contra a discriminação racial. O movimento negro passou a intervir amiúde no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interetécnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil e, por fim, emergiu-se a bandeira da inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares. Reivindicava-se, igualmente, a emergência de uma literatura ‘negra’ em detrimento à literatura de base eurocêntrica (DOMINGUES, 2007, p. 115-116).

Podemos perceber, que depois da abolição da escravatura os movimentos buscavam abolir as discriminações raciais, contribuindo para a construção da identidade negra. Diante desse contexto de luta, mostra-se no campo nacional a busca por ações afirmativas. A partir delas, pode-se compreender a organização recente de leis que normatizam a educação quilombola no Brasil. O governo federal,

durante o mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003- 2011), criou duas secretarias para implementação de políticas públicas referentes à população negra no país que foram as Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Enquanto a primeira foi responsável pelo Programa Brasil Quilombola (PBQ), a segunda implementou a Lei nº 10.639 de 2003. Essas políticas públicas representam avanços na sociedade brasileira. Diante dessa conjuntura que se discutiu de maneira geral e regularizada, de forma ampla, a pauta referente às populações negras no país. O baixo nível de escolaridade da população negra retro alimenta sua exclusão do mercado de trabalho, agravada pelas atuais mudanças advindas do processo antidemocrático de mundialização econômica. Antigas reivindicações dos diversos segmentos e do movimento negro organizado e a sensibilidade de alguns gestores para a situação das desigualdades raciais indicam a necessidade de implementação de políticas de ações afirmativas educacionais de forma prioritária. (MOURA, 2007, p. 38).

A exclusão de parte da população é um motivo que impede de identificarmos o Brasil como país justo e igualitário, afetando o desenvolvimento social, cultural e econômico dos excluídos. A implantação da Educação escolar Quilombola busca igualar as oportunidades entre negros e brancos. São inúmeros os desafios enfrentados pelos quilombolas, desde material didático, professores qualificados e recursos financeiros. A Educação Escolar Quilombola por muito tempo foi pensada como Educação do Campo, desconsiderando suas especificidades. É só foi instituída como modalidade com muita luta dos movimentos Sociais. 35 No entanto, as políticas públicas que beneficiam as comunidades tradicionais devem ser pensadas a partir das dimensões históricas, culturais, econômicas e sociais. A população negra no Brasil, desde o período colonial, não usufruiu de uma educação de qualidade, mesmo no Brasil imperial, com grande parte da população de africanos (as) e seus descendentes em condição de livres e/ou libertos, poucos sujeitos negros tiveram possibilidade de letramento.

Os quilombos eram vistos como 'redutos de negros fugitivos', não poderiam ser beneficiados com políticas educacionais. A implantação da modalidade de educação quilombola insere-se numa trajetória de discussões no campo educacional iniciada ainda na década de 1980 e marcada por alto grau de mobilização em torno da reconstrução da função social da escola. Os problemas relativos à qualidade da

escola pública incidiram sobre a democratização da educação, tanto no que se refere à garantia do acesso quanto no sentido da horizontalização das relações no interior da escola. Esse processo incorporou a dinâmica instaurada pelos movimentos sociais de caráter identitário que denunciaram o papel da educação escolar na expressão, repercussão e reprodução do racismo e do sexismo, o que contribuiu para descortinar mecanismos cotidianos de discriminação contidos na organização curricular, nos livros didáticos e em outros dispositivos.

3.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Currículo não é uma simples transmissão desinteressada de conhecimentos sociais, ou seja, lida com relações de poder, dissemina visões específicas e interessantes da sociedade, gera identidades pessoais, sociais e específicas. No entanto, todo conhecimento organizado em um currículo educacional não pode deixar de ser problematizado. Por exemplo, ao questionarmos por que é que os currículos das escolas do ensino básico situadas ou que atendem estes alunos não costumam ter em conta as suas realidades socioculturais, perguntamos por que é que certas vozes e culturas ainda são suprimidas e escondidas nos currículos, e porque é que outras vozes e culturas ainda são tão audíveis e visíveis. (BRASIL, 2012).

A escolarização quilombola tem suas especificidades educacionais e não deve continuar vinculada ao currículo geral. Fica claro que o currículo precisa ser revisto para garantir que inclua os saberes e formas culturais da comunidade, como memórias e crenças. O currículo participa diretamente da construção social e existe no contexto das escolas antes mesmo de a pesquisa curricular ser sistematizada, pois “de certa forma todas as teorias pedagógicas e educacionais são também teorias sobre o currículo”. (SILVA, 2010, p. 21).

A cultura local deve estar presente no currículo escolar, permitindo que os alunos compreendam sua história e os lugares onde vivem. Silva (2010) afirma que o currículo ainda pode ser entendido em torno de três questões centrais: conhecimento, identidade e relações de poder.

No que se refere ao conhecimento, os autores destacam que “a questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é a de saber qual o conhecimento deve ser ensinado [...] O que eles ou elas devem saber? Qual saber ou conhecimento é considerado válido ou essencial para ser considerado parte do

currículo”. (SILVA, 2010, p. 14). No entanto, parte do pressuposto de que o currículo prioriza alguns saberes, e que essa seleção de conteúdos pode resultar no empoderamento de alguns jovens e na rejeição de outros. Currículo e identidade estão ligados porque “o conhecimento que constitui o currículo está indissociável, central e vitalmente ligado ao que somos, ao que seremos, à nossa identidade, à nossa subjetividade”. (Silva, 2010, p. 15). O terceiro problema que ele expôs, o currículo também é um problema de poder.

Currículo é visto como uma questão de conhecimento e conhecimento, e o elo entre identidade, poder e conhecimento, no qual nos envolvemos na escolha do conteúdo. Nesse sentido, a questão central do curso é entender por que certos tipos de conhecimento são excluídos, enquanto outros são aceitos e validados. Assim, na luta para afirmar e reconhecer vozes reprimidas, há vínculos entre cultura, currículo e identidade, pois coletivos percebidos como inferiores buscam resistir a certas ações que afirmam os interesses de grupos hegemônicos. Ainda segundo Silva (2010, p. 116), a finalidade da teoria tradicional é apenas: “teoria” neutra, científica, desinteressada.

Em contraste, a teoria crítica e pós-crítica argumenta que nenhuma teoria é neutra, científica e desinteressada, mas inevitavelmente envolve relações de poder. A teoria tradicional tenta enquadrar o indivíduo em valores liberais e burgueses. Na teoria crítica, há conexões entre conhecimento, poder e identidade, uma estrutura que pode levar a perspectivas libertadoras. Essas teorias são vistas como um mecanismo de resistência no domínio cultural e social. O currículo deve ser visto não apenas como “como a expressão ou a representação ou o reflexo de interesses sociais determinados, mas, também, como produtor de identidades e subjetividades sociais determinadas”. (LUZZARDI; ALTEMBURG; BEZERRA, 2010, p. 217).

As escolas devem abordar questões relacionadas à diversidade cultural e às diferenças socioculturais. Dado que o trabalho precisa ser feito por meio de programação educacional, os alunos precisam entender a diversidade. “Uma das questões fundamentais de serem trabalhadas no cotidiano escolar, na perspectiva da promoção de uma educação atenta à diversidade cultural e a diferença, diz respeito ao combate à discriminação e ao preconceito, tão presentes na nossa sociedade e nas escolas”. (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 163).

A disseminação desses conceitos e práticas educativas ajudará no combate ao racismo e ao preconceito racial, além de compreender o contexto sociocultural

dessas comunidades. Proporciona uma educação que pode resgatar a história desses sujeitos sociais, ajudando-os a se conhecerem e buscarem cada vez mais reconhecimento na sociedade brasileira.

Portanto, a escolarização quilombola só pode ser realizada com a participação da comunidade. Para a gestão escolar, os professores devem estar sempre prontos para entender o comportamento curricular dos fugitivos e trabalhar com a comunidade para construir novas ofertas curriculares. Lopes e Macedo (2011) enfatizam o que expressa a teoria de Hall (1997), ao descreverem o próprio objeto e sua materialidade como não tendo significado, mas sim a inclusão dessa materialidade em um determinado conjunto de linguagens. Inspirados por essa ideia, Lopes e Macedo (2011, p. 203) afirmam: “Por exemplo, a cor da pele é usada para nomear a raça e, portanto, é considerada uma característica que distingue os sujeitos”. De acordo com este método:

O currículo é, como muitas outras, uma prática de atribuir significados, um discurso que constrói sentidos. Ele é, portanto, uma prática cultural [...]. Não estamos tratando a cultura como objeto de ensino nem apenas como a produção cotidiana de nossas vidas. Estamos operando como uma compreensão mais ampla de cultura como aquilo mesmo que permite significação (LOPES; MACEDO, 2011, p. 203).

Lopes (2012) defende que a necessidade de saberes escolares está relacionada com a cultura dos alunos, incluindo as suas tradições e raízes, entre outros elementos deste conceito, procurando assim compreender fatores tanto dentro como fora da escola. Entendemos que o desenvolvimento de uma educação de qualidade requer o reconhecimento da diversidade em sala de aula, o que sempre foi um grande desafio para as instituições escolares. Como o mito da democracia racial ainda existe na sociedade, ele precisa ser reconhecido, criticado e desconstruído. Para fazer isso, os alunos precisam reconhecer que as sociedades são formadas por diferentes culturas. As escolas precisam de uma prática pedagógica que estimule o debate sobre a cultura negra e reconheça a história local descontrolada no sistema educacional.

É preciso refletir sobre como a educação baseada na diferença se apresenta no campo da educação, pois nossos espaços, mesmo os escolares, são produzidos por grupos heterogêneos. Em sala de aula, muitas vezes os professores focam apenas conteúdos de disciplinas como português, matemática, ciências etc., e conteúdos relacionados à diversidade muitas vezes não são discutidos. Dessa forma,

o currículo torna-se um meio de exclusão, promovendo a diferença por meio de conteúdos descolados da realidade.

Isso é o que chamamos de etnocentrismo". Para que a educação seja multicultural, é preciso entender a existência das comunidades de fuga, os sujeitos que nelas viveram, suas realidades históricas, seus processos culturais, seus processos de socialização e as relações cotidianas construídas. Não reconhecer a diversidade significa que toda e qualquer situação fora do padrão esperado é vista como um problema para o aluno, e não um desafio para a equipe escolar. , requer disponibilidade, informação, discussão, reflexão e, às vezes, ajuda externa (Brasil, 1998, p. 42).

As aulas devem ser organizadas de forma a compreender o contexto político e cultural das diferentes comunidades, heterogêneas e diferentes entre si, e a compreender os interesses e idiosincrasias dos alunos. No contexto quilombola, o problema que se coloca no ambiente escolar envolve a formulação de atividades direcionadas, pois a ausência dessas atividades representaria um contra censo.

O desenvolvimento do currículo nas escolas precisa se concentrar em currículos que abordem as questões sociais, políticas e culturais dos indivíduos que compõem o processo. No estudo específico do espaço da escola de fuga, esse entendimento precisa ser refletido nos elementos sociais e culturais da nação de fuga. Como resultado das lutas históricas do movimento negro, foi aprovada a Lei Federal nº 10.639, de 2003, que torna obrigatória a história e a cultura afro-brasileira e africana no currículo nacional da educação básica.

No ano seguinte, foi elaborado o Guia Curricular Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Em 9 de janeiro de 2003, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou a Lei nº 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 1996, artigos 26 e 79 da Lei nº 26 e 79, juntamente com os artigos 26-A e 79-B, passaram a garantir o reconhecimento em 2008 do Ensino Afro-brasileiro e Obrigatório da História e Cultura Indígena). ao calendário escolar como o Dia Nacional da Consciência Negra. A implementação dessa ação afirmativa é considerada uma vitória do Movimento Afro-Brasileiro em prol da educação.

4-DEMANDAS NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL "JUTAÍ"

É preciso garantir que escolas quilombolas que atendem alunos de territórios remanescentes quilombolas, levem em consideração as práticas socioculturais, políticas e econômicas de suas comunidades, bem como seus próprios processos de ensino e suas formas de produção e conhecimento técnico. Agir para garantir a formação de novos líderes que tragam os interesses sociais, culturais e políticos dos quilombos para a comunidade. Potencialmente fortalecendo habilidades e competências voltadas para o ensino, com base na educação quilombola e incorporando conhecimentos culturais sobre remanescentes de comunidades quilombolas na formação básica. Desenvolver programas de educação continuada para professores que trabalham em escolas comunitárias e escolas que atendem alunos da comunidade.

É necessário permitir que professores que atuam em comunidades quilombolas criem mecanismos para fortalecer a integração entre escolas, comunidades e movimentos sociais para estimular a participação coletiva. Criar condições de ensino que permitam aos alunos compreender que a sociedade é constituída por pessoas pertencentes a diferentes grupos nacionais e étnicos com cultura e história próprias. Há também a necessidade de entender a educação de jovens quilombolas, em termos de disseminação de conhecimento tradicional e diálogo global, nacional, regional e local. São enfatizados temas como cultura, crenças religiosas, tradições, ditado, memória, linhagem, mundo do trabalho, desenvolvimento nacional, estética, lutas pela terra e território. As ideias que ligam o local ao global devem referir-se apenas ao conhecimento, não a ideias ou políticas adotadas pelas comunidades. A integridade de todas as tradições imaginárias, culturais e locais deve ser respeitada.

O primeiro sujeito que examinamos são os educadores que desempenham um papel importante na educação diferenciada e nas questões étnico-étnicas e estão envolvidos na construção de uma grade curricular voltada para os valores e memórias dos alunos Quilombolas. O segundo sujeito, refere-se a lideranças comunitárias da comunidade que vivenciam as realidades dos espaços sociais locais. A nosso ver, a esfera pública municipal pode ser entendida como um terceiro tema no campo de pesquisa. E por fim os moradores locais haja vista a necessidades de olhares variados

faz com que tenhamos uma percepção macro dos envolvidos, bem como possibilita uma maior compreensão de como acontece o educar dentro da comunidade.

Acredita-se que o direcionamento político-pedagógico dos líderes quilombolas e professores da educação básica para as diretrizes curriculares da educação escolar quilombola deixa a desejar. Para obter a opinião dos sujeitos envolvidos no estudo, foram enviados questionários a professores selecionados da escola municipal de educação infantil e de ensino fundamental “Jutaí”, bem como a um líder da comunidade de Jutaí e uma moradora local.

Ressalta-se que a escola deve ser a voz da comunidade, e as diretrizes da resolução 08/12 são mais passíveis de efetividade no que se refere às externalidades ouvidas pelas escolas, desde a prática pedagógica até a política pública, que de fato faz a educação quilombola de qualidade nas escolas. A respeito, Nascimento (2017, pg. 75) afirma:

[...] educação escolar quilombola como um direito das comunidades quilombolas rurais e urbanas é maior que apenas o acesso à educação escolar, incluindo formação inicial e continuada de professores quilombolas e não quilombolas, produção de material didático contextualizado, transporte escolar de qualidade, currículo aberto e flexível, participação da comunidade na elaboração do projeto político pedagógico e na gestão escolar, entre outros princípios.

Em outras palavras, vale ressaltar a importância da participação da comunidade no desenvolvimento do projeto político-pedagógico de ensino e gestão escolar. É importante e necessário que o poder público tenha uma política clara para orientar a diversidade racial e étnica. E, a comunidade quilombola reforça a necessidade de um currículo amplo que chegue a todos. Com relação ao material didático, ela informou que as escolas municipais não possuem material específico para alunos Quilombolas. A Constituição de 1988 já garante o trabalho das escolas de história e cultura afrodescendentes, portanto os gestores públicos devem aplicar a Constituição.

Diante do exposto, Carril (p. 552, 2017) afirma:

Os desafios postos para a educação escolar destinada aos estudantes quilombolas são amplos e antagônicos, pois o reconhecimento da especificidade é franco a partir da própria criação das DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais), da atenção que tem sido levada às escolas quilombolas e às que não se encontram nesses territórios, mas que buscam atender as crianças das comunidades. Recursos financeiros, material didático específico e o incentivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) revelam avanços.

No entanto, existem muitos fatores inseguros na educação quilombola, envolvendo as condições da escola, o uso de recursos pedagógicos e a formação de

professores. Além de garantir a história e a cultura dos quilombolas nas escolas, é preciso simplificar as políticas alimentares para crianças.

Outra indagação é sobre a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e fundamentos da educação nacional, incluindo disciplinas obrigatórias na rede de ensino a "História e Cultura Afro-Brasileira", e outras disposições. Questiona se a SEMED possui orientações sobre a aplicabilidade da lei nas escolas municipais? Os entrevistados responderam que sim. Nesse sentido, podemos avaliar que esse é um ponto positivo para a comunidade.

A Resolução nº 8 de 20.11.2012 define diretrizes curriculares nacionais para educação de jovens quilombolas na educação básica, questionamos se a Escola Jutai orienta as diretrizes para a respectiva resolução? Os entrevistados disseram que sim. A aplicação dessas diretrizes é importante para a definição do currículo escolar quilombola.

Questionamos também, como as orientações da SEMED sobre a Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012 se aplicam às escolas do município? Os entrevistados disseram que tem um trabalho de orientação para o município, e comentaram, que todo ensino precisa ser fundamentado na realidade. A realidade/diversidade da cidade de Breu Branco tem inúmeras localidades rurais e além do distrito de Jutai, temos os ribeirinhos, os quilombolas, o assentamento que traz toda a especificidade e tantos outros.

A SEMED está posicionada para que a reestruturação curricular de cada escola leve em consideração as realidades locais. Segundo as afirmações coletadas os quilombolas ainda têm um longo caminho a percorrer para sair de sua invisibilidade perante o poder público. A diversidade étnico-racial é pauta recorrente nas escolas da cidade, pois fica claro que o rumo da educação quilombola em Breu Branco é superficial e não atende ao seu propósito abrangente.

Tomados em conjunto, os documentos curriculares nacionais são usados como referências, que tendem a generalizar para todas as comunidades sem levar em conta sua especificidade, o que fica evidente quando nenhuma comunidade está envolvida no desenvolvimento curricular envolvendo seus conhecimentos. São muitas as falhas na atuação do poder público municipal quando fica evidente que falta

currículo para os alunos da comunidade da Ilha de São Vicente, além de não haver material didático específico para eles. eles.

Externamente, porém, a Secretaria tem conhecimento da legislação que trata da obrigatoriedade do ensino da "História Africana e Afro-brasileira", e da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que viabiliza a escolarização quilombola. Todos sabemos que o mero conhecimento da legislação não garante sua aplicabilidade, porém, o reconhecimento jurídico dos direitos dos negros já é uma conquista, e mesmo no cenário negacionista em que vivemos, torna-se menos ardiloso brigar com o poder público pela força da lei, para que crianças e jovens negros e negras tenham a garantia de ver as histórias de seus antepassados em sala de aula. E suas experiências são trazidas para a escola como qualquer outra raça ou etnia.

5-EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NA ESCOLA JUTAÍ: ALGUMAS NARRATIVAS

Os líderes comunitários foram questionados - seria possível educar especificamente os quilombolas? "Ele disse que atualmente isso não vai mudar com a entrega do território, segundo ele, o INCRA (Instituto Nacional de Reforma Colonial e Agrária) publicou o território como remanescentes quilombolas no diário oficial da União, mas não houve indenização, e o território não foi entregue na sua totalidade". Para os entrevistados, a delimitação de terras quilombolas era necessária para o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas para os interesses dos alunos da comunidade. Há verdade nesse argumento, porém, mesmo sem a demarcação de terras, é possível estudar a história e a cultura dos quilombos.

Outra questão levantada foi a expectativa da comunidade em relação à educação das crianças e jovens da comunidade de Jutaí, ele sugeriu que crianças e jovens não tenham vergonha de quem são e que a lacuna que existe pelo fato de seus pais e avós serem analfabetos pode ser combatido através da educação para superar. Entendemos que esse é um ponto válido porque a cultura é para se fortalecer a partir da resistência, e resistência é resistência, ou seja, assumir o próprio condicionamento sociocultural. Questionamos como deveriam ser as escolas que atendem crianças e jovens da comunidade? O líder comunitário informou que não há escolas na comunidade e nem mesmo os professores da cidade estão preparados para atender toda essa diversidade, principalmente a comunidade fugitiva. Mesmo quando existiam leis para tratar dos escravos fugitivos ou da história africana, os poderes públicos não criavam políticas educacionais para os escravos fugitivos. O que fica restrito ao dia 20 de novembro.

Questões como a vida no Zumbi dos Palmares, cada comunidade tem a sua cultura, tem o seu Zumbi, e isso requer uma discussão mais específica com a comunidade escolar como um todo. Também perguntamos a ele sobre políticas públicas na comunidade que valorizam a educação comunitária. Ele disse que havia apenas um meio de transporte para os jovens viajarem. Segundo relatos de lideranças comunitárias, a comunidade carece de poder público, pois não há estruturas que garantam a permanência dos alunos na escola, nem a transmissão dos saberes tradicionais entre os pares.

O fato de a escola local não comportar todas as modalidades de ensino fundamental e médio na escola da comunidade distancia as crianças e jovens de sua

ancestralidade e os expõe a um saber muito diferente de sua própria vivência, o que contribui para a insegurança de sua identidade como quilombolas.

Embora a Resolução 8/12 defina diretrizes para escolas que atendem alunos da comunidade, em Jutuí, certamente isso não aconteceu de forma eficiente, pois as diretrizes da SEMED são amplas, pois aderem ao documento nacional, que generaliza as comunidades sem atentar para suas particularidades.

Os professores que estão em contato direto com os alunos da comunidade podem praticar concretamente com práticas específicas da comunidade. Outro fato que se percebe é a falta de uma política educacional voltada para a formação continuada e de um currículo que delineie o caminho da igualdade para todas as comunidades de Breu Branco. Há uma falta de escrutínio cuidadoso dos professores por parte das autoridades públicas. É necessário criar uma estrutura que permita ao professor ser criativo e emotivo diante dessa especificidade, para orientar sua turma para a diversidade que lhe é apresentada na sala de aula todos os dias. Sabemos que mesmo com todo o trabalho e dedicação do professor, é improvável que suas ações afetem os alunos da comunidade de Jutuí, uma antiga comunidade quilombola. Ações do poder público também são necessárias para contribuir com essa missão.

Os professores sozinhos não podem cumprir esta missão. Sabemos que o diálogo entre a gestão escolar e lideranças quilombolas, alunos e comunidades nem sempre funciona da forma esperada, mas é necessário. Portanto, esses atores sociais enfrentam desafios devido à demanda da comunidade por educação escolar de qualidade. O posicionamento político dos gestores municipais, estaduais e federais nem sempre atende às necessidades educacionais, sociais e econômicas das comunidades quilombolas.

Diante as análises e percepções tomamos como instrumento de pesquisa a oralidade dos moradores e educadores da comunidade, com animus de sondar mais a fundo os ditames existentes na comunidade para direcionar nossa pesquisa e reforçar nossos objetivos específicos. Desta forma foram entrevistados um líder da comunidade, e professores de História, Matemática, língua português e uma moradora local.

1.1 Líder comunitário

Seu nome: eu sou José Moreira Tenório filho sua naturalidade: Sou natural do Município de Baião estado do Pará seu endereço: atualmente mora na comunidade quilombola de Vila Jutaí município de Baião também Pará.

Diante de suas observações das atividades desenvolvidas pela escola junto à comunidade hoje há uma no educar valorizando a cultura remanescente quilombolas? No tática a escola já está inserindo a escola já promove evento digamos assim para Consciência Negra é são as posições são digamos que as Apresentações teatrais a gente já vi que a escola já trabalha bastante isso em parceria com a associação promove eventos seja ele esportivo seja ele cultural provavelmente dito, mas com certeza há Valorização sim.

Qual a sua participação no Quilombo Jutaí? A minha participação no Quilombo atualmente nós estamos coordenando a associação afro-brasileiro quilombolas Jutaí pois a sigla AAQJ é a gente coordena os trabalhos seja ele de movimentação cultural seja ele de incentivo também de uma forma geral então nós estamos coordenando esse trabalho aqui buscando parcerias é a gente Visa trazer melhores condições seja ia seja ela de qualidade de vida seja ela financeira seja saúde para o nosso Quilombo.

E você já estudou na escola Jutaí? comecei todo o processo educacional nessa escola aqui na época era a escola estadual de Jutaí e depois passou a escola estadual Raimundo Ribeiro de Souza aí posteriormente se tornou a escola municipal de educação infantil ensino fundamental de Jutaí então eu comecei todo o processo educacional nessa escola isso lá na década de 90 mais ou menos.

Qual é a importância de ter uma escola na Vila para que os moradores daqui não tenham que sair para outra localidade para estudar? A escola é fundamental uma comunidade que tem uma escola né do porte da nossa é uma escola que aliás de uma comunidade que eu posso dizer como uma comunidade abençoada uma vez que a escola ela é a porta é a porta para você conquistar o mundo digamos assim então a nossas crianças têm oportunidade para estudar com isso aí não serão obrigadas a sair daqui para estudar lá fora como acontecia antes que tinha nós tínhamos realmente escola aqui só que funcionava até quarta série posteriormente as pessoas tinham que ser realocadas remanejada para uma outra área outro setor um universo cultural talvez muito diferente do nosso e com isso a gente perdia muito hoje graças a Deus já tenho essa condição de manter o nosso jovem nossos adolescentes estudando na própria comunidade aqui até o nono ano então é muito importante para nós.

Na escola Jutai é esse ensinada a origem quilombola e a questão cultural? A nossa escola ainda pega em relação a isso nós trabalhamos muito a questões educacional de punho ambiental trabalha muito mas quando chega na nossa história propriamente dito a gente tenta dificuldade de trabalhar com nossos alunos por exemplo na minha época quando nós estudamos nunca foi falado da nossa história nós estamos as história de forma geral mas a nossa história especificamente ela não foi trabalhar e no dias atuais nós estamos tentando quebrar esse tabu fazer com que o professor ele seja orientado a trabalhar com os nossos alunos e falou um pouco da nossa história mas a gente a gente que trabalha com esse setor educacional a gente que está à frente do trabalho da associação a gente procura fazer com que os nossos jovens venham conhecer a nossa história propriamente dita.

O que você identifica que mudou na educação da antigamente para os dias de hoje? O povo fala muito que antigamente era melhor aí eu fico me perguntando o que era melhor antes? eu acredito que antes né era mais fácil trabalhar com os jovens de antes era um jovem amadurecido digamos assim mas com isso tinha uma distorção idade sério muito grande também hoje se torna mais difícil de trabalhar com jovens porque o jovem entra muito cedo para digamos assim o jovem começa a cursar as séries iniciais muito cedo né aquilo que a gente fazia antes só que e assim que eu digo que tenha mudado e apoio a tecnologia ela nos favorece muito situações para a gente desenvolver trabalhos maravilhosos com nós alunos e é claro com isso ou proveito é maior isso então a questão de mudança essa visão fazendo analogia como é que era antes que é hoje questão do apoio didático do apoio tecnológico as orientação pedagógica isso sim com certeza faz a diferença nos dias atuais.

Considerando a cultura como parte da identidade de um povo que as tradições culturais como samba de cacete o sírio cantiga de rodas e cantiga da época etc. que são culturas de matrizes africanas praticadas no quilombo são importantes para que haja uma educação quilombola de fato? Como se trata da matriz africana é uma obrigação da escola fazer com que a cultura permaneça que ela seja passada de pai para filho de acordo assim com ancestralidade de acordo com a faixa etária de cada de cada indivíduo então vamos imaginar se a escola não trabalha isso se associação não trabalhar isso se o nossos avós os nossos pais não trabalhar isso conosco daqui a pouco passa despercebido a gente não vai ter um conhecimento nós não vamos pouco passa despercebido nossa percebido a gente não vai ter um conhecimento a gente não vai ter por exemplo valorizar a nossa cultura digamos valorizar a cultura do

outro esquece a nossa própria Cultura que a gente vê muito hoje por exemplo digamos que o jovem ele poderá muito bem colocar um cocar fazer uma pitu de indígena mas quando fala para os jovens caracterizar para representar povo negro ele fica se esquivando que não foi trabalhado lá no passado com ele e hoje nós consegue quebrar essa situação aí e fazer com que ele saia desse estado aí de conformidade quebra inércia e procure valorizar a própria Cultura.

1.2 Língua portuguesa

Minha formação é sou graduado em letras, língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará é pelo curso formação de professor no caso seria o PARFOR né essa é minha formação.

Qual a sua experiência na educação fundamental?

“Bom é durante a minha jornada pedagógica não minha jornada de trabalho sempre foi no fundamental desde tudo da minha primeira entrada na educação até esse ano a gente está trabalhando sempre trabalhando no fundamental dos alguns anos trabalhei no primeiro a quarta ao quinto ano e de 2008 em diante trabalhei já no fundamental 2 Trabalho atualmente estou trabalhando no fundamental 2”.

Diante seu convívio e observação das interações quilombo escola, você considera que houve avanços significativos no lecionar com as diferenças socioculturais?

“Olha é esse é muito muito relativo né é o mais que nós vivamos numa comunidade remanescente de quilombo mas ainda a gente fica com os assuntos de divergente ao da comunidade ou seja gente não trabalhar diretamente com a as questões raciais com as questão ética raciais que as questões quilombola a gente ainda não há escola na verdade os conteúdo ainda não estão voltados exatamente para comunidade quilombola para educação quilombola a gente vê essa falha sente essa falha a gente percebe essa falha no momento na atuação de sala de aula a gente tenta buscar mas ainda é pouco a gente ver pouca referência a questões as questões ética raciais”.

Sobre as socializações quilombo/ sociedade, há contribuições das grades de ensino advindas da rede pública municipal com a cultura quilombola?

“Pois é como eu te falei agora há pouco né a escola ela tá ela tá ainda engatinhando para esse essa questão de do ensino quilombola do ensino das raças do ensinada dá socialização do conteúdo com as práticas pedagógicas né para

envolver a comunidade mas ainda a gente ainda ver que é pouco ainda é tá muito no embrionário ou seja muita aí você ainda não vê o envolvimento total é a gente tá tentando nos encontros pedagógico a gente vai colocando as opiniões pra que nós possamos de fato ter uma educação voltada pra questões quilombolas mesmo mas ainda é pouco”.

Ao solicitar para a descrição de como se deu a construção do PPP da escola? Existe no mesmo a preocupação de relacionar as práticas pedagógicas de você através de uma educação que busque preservar a identidade quilombola na escola? Em caso positivo, descreva essas práticas e diga em quais momentos ela acontece em suas aulas. O professor de língua portuguesa assim respondeu:

“É o PPP ele está em reforma, par que possa englobar essa questão da identidade quilombola na nas práticas educacionais então a gente não pode dizer é a gente torce para que esse PPP venha contemplar exatamente essas atuações a partir do momento que o PPP tiver já tiver reformulado com essas questões voltada para a educação quilombola aí sim as práticas vão está voltada exatamente pra as questões pra praticas pedagógicas voltar exatamente pra essas questões pra essas atividades voltada para educação quilombola mas ainda é enquanto o PPP ainda não tá é totalmente reformulado tá nesse processo de reformulação a gente não pode dizer se há hoje é a educação ela é voltada exclusivamente para as questões quilombola não né a partir do momento que o PPP é finalizar essa reformulação aí sim a nossas práticas é elas serão voltada tenho certeza é não que nós não façamos alguma referência às questões quilombolas a gente fala é periodicamente em sala de aula mas só quer de falar aleatoriamente ao seja não tem uma sequência não tem uma um algo que vai nos direcionar você tem que fazer isso não a gente faz o que a gente tem conhecimentos mas não que a escola ela direcione a gente só a partir do momento dessa reformulação do PPP mesmo”.

Já para o que tange as relações entre as experiências da cultura quilombola com as suas aulas e descrevendo momentos em que foi desenvolvida as aulas apontando pontos positivos e negativos para que haja uma educação do campo quilombola, que resgate a identidade quilombola da comunidade. Tivemos os seguintes questionamentos:

“É a gente tenta de certa forma a gente tenta trazer a educação de tentar é familiarizar já os alunos com os assuntos voltados pra etnia é voltada pra a educação quilombola né então a gente a gente mais que seja meio que superficial a gente já

começa a introduzir é então é introduz nos textos nas produções textuais é introduz nas conversas é a nas pesquisas nas próprias pesquisas de aluno é pra eles começar a descobrir ou desenvolver ou se identificar de fato com a questão é a questão negra e a maior dificuldade que a gente percebe é esse envolvimento do aluno pra se identificar como quilombola essa maior dificuldade que o aluno ele mora na comunidade ele pertence numa comunidade ele estuda numa escola que provavelmente daqui a pouco tempo vai ser uma escola quilombola e não quer se identificar como aluno quilombola então essa é a maior dificuldade então o a nossa preocupação é fazer com que esse aluno entendam que ele mora que ele estuda e que ele vai precisar dessa educação daqui a alguns anos pra ele poder seguir uma carreira futuramente uma carreira é profissional como é como quilombola a então é essa a nossa maior preocupação é e essa maior o trabalho de sempre volta pra essas questões é de conscientização na verdade conscientização da dos alunos que que se torne de fato ele tentem entender para ele entender que de fato ele é um quilombola”.

Você considera que a legislação (Lei N°10.639/2003) contribuiu positivamente para a manutenção do ensino, com a inclusão das tradições quilombola?

“Olha é de certa forma é eu concordo com a lei é que vai que ela vai dizer né sobre questões educacionais quilombolas mais é e tenho certeza se de fato as escolas quando eu diga escola eu falo do de uma forma geral é secretária a prefeitura tudo mais tudo aquilo que está envolvido com a educação se de fato eles colocarem em prática o que está dizendo a lei né tenho certeza que ela vai contribuir que ela vai ajudar em que ela vai fortalecer que a educação quilombola ela vai modificar é radicalmente é que de fato nós vamos ter uma educação voltada para a identidade quilombola é agora se não houvesse envolvimento das Secretaria das escola da direção dos próprios professores se os próprios professores não vestirem a camisa vamos dizer assim aí é complicado”.

1.3 Matemática

Elilson Sangramento Pompeu, docente de matemática, formado pela Universidade Federal do Pará – UFPA.

Diante seu convívio e observação das interações quilombo/escola, você considera que houve avanços significativos no lecionar com as diferenças socioculturais? “Sim teve um avanço bem grande porque dependendo dos filhos do

Quilombo que tem a gente consegue avançar por causa que a gente é bem mais próximo é tudo parente é tudo parceiro a gente consegue avançar melhor”.

Sobre as socializações quilombo/ sociedade, há contribuições das grades de ensino advindas da rede pública Municipal com a cultura Quilombola? “Sim sempre é bem-vindo né à cultura quilombola ela nos traz muitas experiências e benefícios também para dentro da comunidade escolar”.

No seu processo educacional, teve alguma vez a inserção de conteúdos pautados na discussão das relações éticos- raciais? Em caso positivo relate um pouco sobre essa experiência.

“Sim sempre que a gente procura uma universidade venha algumas disciplinas específicas para falar sobre esse tema na UFPA não foi diferente nós tivemos alguns professores que positivamente à incorporação do dos quilombos né ditos negros dentro da universidade”.

Descreva como se deu a construção do PPP da escola? Existe no mesmo a preocupação de relacionar as práticas pedagógicas de você através de uma educação que busque preservar e desenvolver a identidade quilombola na escola? Em caso positivo, descreva essas práticas e diga em quais momentos ela acontece em suas aulas.

“Sim as agentes sempre que a gente vai fazer o PPP da escola que a gente senta todo mundo não é PPP não é feito só pelo a direção ou coordenação pedagógica é feito através de professores diretores e coordenador pedagógico inclusive pessoas também da cozinha, ou seja, o PPP é um conjunto de informações então sempre que a gente vai sentar pra discutir PPP a gente senta não só uma equipe de senta todo mundo para discutir PPP da escola”.

Existe alguma relação entre as experiências da cultura do Quilombo com as suas aulas? Em caso positivo, escreva pelo menos 03 (três) momentos em que você desenvolve esses momentos em sua disciplina? Em seguida diga pelo menos três dificuldades na escola para que haja uma educação do campo quilombola, que resgate a identidade quilombola da comunidade.

“Sim geralmente quando a gente vai trabalhar a gente procura colocar esses assuntos eu que sou professor de matemática mas no decorrer da minha aula às vezes é bom parar e dar uma orientada nos alunos por causa que tem alunos que ainda tem aquele problema com o racismo né então geralmente aqui para na aula se tem algum problema de racismo ou de homofobia também que é um assunto que está

em pauta agora a gente para a aula e tenta desenvolver esse conteúdo dentro da disciplina por exemplo alunos chamam o outro de gordo o outro chamou de de Pretinho cabeça seca então a gente tem que parar nesse momento e resolver o problema que tem que ser combatido dentro do ambiente escolar”.

Você considera que a legislação (lei nº 10.639/2003) contribui positivamente para a manutenção do ensino, com inclusão das tradições quilombola?

“Sim não total, mas contribui sim e aí dá uma força não dá assim uma ampla é uma amplitude de a gente transformar o nosso ambiente escolar e território quilombola, mas sim ajuda sim”.

5.5. Moradora local

Cláudia Sacramento Pompeu.

Sua naturalidade: município de Baião, 68 anos.

Há quanto tempo você mora aqui no quilombo? Desde 80 nós já éramos quilombola, mas nós não sabíamos nós ainda não éramos reconhecido como remanescente quilombola

Você é natural do Quilombo?

Sim sou do Quilombo remanescente do Quilombola

Você se identifica como sendo remanescente quilombola? Fale um pouco sobre isso. Sim olha porque os meus pais os pais do meu pai meus avós eram quilombola eles eram aqueles negros que eram escravizados e aí a gente não sabia se nós éramos remanescentes quilombola agora que as coisas vão mais evoluindo aí a gente vamos se reconhecendo como remanescente quilombola

Como vocês faziam para estudar na vila Jutai? Ah quando a gente estudava era muita muitas dificuldades nós morávamos num lugar chamado pompeada a escola era longe e a gente tinha que vir remando a gente saia 4:00 da madrugada meus pais me chamavam e nós vinha no Remo cada um tinha o seu “reminho” a canoa cheia de criançada nós vinha e encostavam na beira aí nós trazia a nossa merenda aí nós escondia a nossa merenda na beira quando nós voltarmos da escola para nós merendar era muito dificultoso para nós mas graças a Deus nós aprendemos um pouquinho pelo menos assinar o nome conhecer as pessoas e respeitar né e era assim mesmo nós pegava a canoa vinha até uma certa parte de canoa aí nós largar vamos à canoa e vinha no caminho a pé até a escola.

Durante sua criação, pelos ensinamentos de seus pais ou pessoas mais velhas do Quilombo, como eram repassados os costumes (samba de cacete, Círio, cantigas de rodas, cantigas da época etc.) na comunidade? Olha como era repassado como nós era todas mocinha né o nossos pais contava como era as coisas e nós e aprendendo e brincando com eles era uma comunidade muito unida quando eu me entendi por gente já existia o samba de cacete aqui na comunidade a minha mãe os meus avós dançava o samba de cacete aí então nós crescemos vendo elas eles dançando e nós aprendemos nós prendia muito com eles as brincadeiras de roda o samba de cacete as cantigas da época o Círio principalmente que era todo ano tinha o festejo da nossa padroeira que era Santíssima Trindade e era tudo com respeito porque hoje em dia não tem esse respeito a gente vive assim sem poder se divertir a gente não tem mais aquela diversão que tinha de primeiro agora é muito difícil você ver as crianças de hoje em dia brincando de roda dançando as valsas que a gente dançava muito aprendi com os pais e que as pessoas mais velhas da comunidade não vi mais criança brincando como nós brincava de antigamente era muito divertido.

Fale um pouco mais sob o Círio, como era repassado para vocês o ensinamento? O Círio é da Santíssima Trindade né era muito bom é da nossa padroeira daqui do nosso lugar como já veio lá da ilha do Jutaí para cá para vila Nova que é agora município de breu branco era muito bom nos rezava como as mulheradas como bem há mamãe lúdica já se foi tia Maria José essa gente antigo que rezava me ensinavam e nós tinha aprendendo nós aprendendo com eles as rezas e essas coisas que era muito bonita ela era uma tradição ou Sírío era muito respeitoso muito a respeito mesmo Sírío muito bom já era uma tradição que chamava muita gente muita gente mesmo Círio.

Seus pais ou líderes da comunidade ensinavam sobre os costumes tradicionais (samba de cacete, sírio, cantigas de rodas, cantigas das épocas etc.), do Quilombo?

É porque também naquela época a os costume é tradicionais a cultura ela era passada justamente um dos trabalhos nos trabalhos de lavoura com roça a pesca é é extrações de castanha e assim como se passando de geração a geração que até hoje esse costume vivenciado dentro da comunidade e outras coisas também gostam de religião essas coisas sim é o representante da comunidade passar o como tinha que aqui que se as coisas por exemplo respeitar pai e mãe o que é a religião naquela época e outra coisa mais importante disso tudo era que tudo que era que acontecia

era justamente o do modo a maneira que eles me viram e da maneira que eles também aprenderam com os antepassado nisso por exemplo questão de cantigas dessas rodas de conversa tudo era baseado na forma dos seus antepassado da maneira que eles viviam então essa cultura trazendo é por isso que as cantigas roda de conversa nossos costumes nós representa de fundamental conta nossa história de maneira geral são essas cantigas .

Durante sua trajetória de vida, como você observou a educação na comunidade quilombola que você mora?

Antigamente para nós estudar era maior sacrifício nós vinha remando de uma vila para outra e era longe e não tinha desenvolvimento como tem agora só não estuda quem não quer porque a oportunidade está na porta para quem quiser estudar e naquele tempo não tinha oportunidade nós morávamos longe dos outros nós vinha de remo no sol quente remando naquele tempo também sobre quilombo muita gente não sabia ler nem escrever nada se acontecesse alguma coisa era porque era invenção eles vinho “inversando” as coisas nos trabalhos da roça que já foi dito né no “tiramento” da castanha amontoavam aquele monte de castanha e o quebrar depois e o quebrando cantando aquilo para nós era diversão e sobre o quilombola agora que nós viemos saber o que nós somos e o direito que nós temos.

“A questão da educação a gente e a gente foi vivenciando né dentro dos nossos costumes tivemos trazendo isso sim veio cada vez mais desenvolvendo porque tipo assim antigamente comunidades de maneira mais isolada por exemplo a gente não tinha conhecimento da Cultura é das outras comunidades remanescente quilombola por exemplo a gente passou a ter mais conhecimento por exemplo dos nossos direitos dos nossos deveres como quilombola e o que nós temos que fazer viemos aprender evoluir cada vez mais e não deixamos de perder os nossos costume a nossa origem entendeu houve um avanço muito grande conhecimento do nosso direito de nossos deveres como eu já falei os nossos pertencem porque antigamente e a gente se perdeu muito em questão do nosso direito as pessoas vinham se aproveitavam de situações e que a gente que era de direito e a gente acabava repassando esses direitos o outro a questão educacional veio evoluindo muito por exemplo hoje em dia já existe muita coisa sobre as nossas raízes das nossas culturas na escola antigamente não existia entendeu então ouve essa evolução nesta questão porque nosso filho já vão passar ter uma educação mas fundamental mais profunda sobre o que é ser quilombola soube o que é ter direitos e deveres perante instituição

sobre o governo por exemplo então eu acho que teve um avanço muito grande sim sobre o conhecimento de aprendizado cada vez mais nós estamos aprendendo o que é ser quilombola e o que é ter o nosso direito”.

1.6 História

Eli de Souza Vieira Sou natural de baião no estado do Pará é moro na comunidade quilombola de Jutai atualmente é mora há 24 anos aqui na comunidade município de Breu Branco

Minha formação é o Magistério na década de 90, 91 até 92 na escola Ana ponte francês no município de Tucuruí. “Eu exerço essa profissão há 24 anos é como professora é das séries iniciais mim formei em pedagogia passei no concurso de Breu Branco em 2008 e exerço a função desde 1999”.

“Minha experiência é de vida na educação posso dizer que é uma experiência é muita assim gratificante pela maneira de passar por todos os níveis né da educação desde da pré-escola até o ensino fundamental maior e então já trabalhei é com a educação infantil né primeiro, segundo, terceiro, quarto ano e que ano já peguei a parte do fundamental maior onde trabalhei 5 anos é com a disciplina de língua portuguesa onde eu tive muita assim posso dizer que é uma das áreas que eu mas mim identifiquei né pela formação pela atuação dentro da sala de aula né com os alunos mais posso dizer que é uma experiência muito grande né na vida quanto profissional porque quando você é exerce aquela função só na nas serie, mas você tem é vários níveis né de atuação é com a educação passa por vários momentos né momentos bons momentos difíceis né pra cuidar da criança pra ensinar né e a gente tem que ter muito mesmo ser cautelosamente uma pessoa centrada para que a gente possa conduzir esse trabalho que muitas das vezes é um trabalho assim é bastante Árduo posso dizer para se conduzir mas é gratificante porque primeiramente nós devemos gostar daquele que nós fazemos né e dessa forma eu gosto do que faço”.

Diante seu convívio e observação das interações quilombo escola, você considera que houve avanços significativos no lecionar com as diferenças socioculturais?

“Olha para mim né é viver numa comunidade quilombola como a comunidade Jutai tem grandes dos seus avanços né então há sim uma descoberta dentro desse meio do convívio sócio cultural né porque quando nós trabalhávamos há mais ou menos 10 anos atrás nós não tínhamos ainda essa posso dizer essa ferramenta né

de conduzir um trabalho mas aos poucos nós fomos adquirindo através da própria associação né através do nossos representante como presidente da associação e isso vem é nós vem assim adquirindo um certo conhecimento é na área né tanto cultural quanto sócio cultural então de certa forma é como se nos desse um norte né para essa nova geração né porque viver uma geração como essa né há 10 anos atrás era uma coisa mais viver uma nova geração como agora é um pouco de desafiador né para nossa área né na construção de um novo conhecimento né quando se trata de jovens e adolescente”.

Sobre a socialização quilombo e sociedade a contribuição das grades de ensino que as advindas da rede pública municipal com a cultura quilombola?

“Ainda precisamos dessa integração né pela grade curricular de ensino a cultura quilombola né entre si né somente faz o seu papel dentro da associação, mas partindo pra dentro da própria educação ainda é esse impacto é entre a gestão municipal entre a grade curricular de ensino né para que possamos e promover conduzir esse trabalho diretamente com nossos alunos”.

No seu processo educacional teve alguma vez a isenção de conteúdo pautado na discussão das relações ético raciais, em caso positivo relato um pouco sobre essa experiência?

“É sim com certeza nós já tivemos várias é projetos né que são voltados para dentro da educação né conscientizando nossos jovens né sobre a questão é do racismo né não só do racismo mas vários contexto né que podemos adquirir dentro da educação como bullying né é são situações mesmo que nós enquanto educadores enquanto família nós nos preocupamos né nessa questão então muitas das vezes abordamos esse assunto dentro como da sala de aula através seminário através de é de paródia através de é como posso dizer de teatro né mas propriamente dito dentro da sala de aula né mas assim né é projetos voltados para essa questão da conscientizar né não são projetos muito relevante mas nós abordamos sim dentro da sala de aula”.

Descreva como se deu a construção do PPP da escola, existe no mesmo a preocupação de relacionar as práticas pedagógicas de vocês através de uma educação que busque preservar e desenvolver a identidade quilombola na escola? Em caso positivo descreva essas práticas e diga em quais momentos ela acontece em sua sala de aula.

O PPP ele ouve uma construção dentro né com todo o corpo docente da escola né então é a todo de dois em dois anos há uma reformulação dentro dessas prática pedagógica né então sempre nós buscamos dentro do próprio projeto né desenvolver a nossas prática é não só quilombola né mas outras práticas que dá abordagem dentro do próprio é projeto político pedagógico né e acontece geralmente é bimestralmente nessas práticas né vai dar desde a conscientização né falamos sobre é a conscientização sobre a questão como foi falado o racismo né e mais outros projeto não somente voltada só para quilombola né as pratica como trabalha nas quilombola mas sim outros assuntos e outras práticas que são desenvolvidas.

Uma das experiências que eu posso relatar é quando nós trabalhamos a questão da dança né que essa experiência não é só voltada é para dentro da escola mas nós verificamos também fora então o maior ponto é posso dizer as minhas dificuldades é muita das vezes é a própria aceitação né enquanto quilombo porque muitas das vezes por ser uma comunidade quilombola e já traz as sua raiz verificamos e que ainda há esse embate de não se conhecer realmente como quilombola ainda tem esse essa situação aí que é um dos pontos negativos né para ser reconhecimento a sua própria identidade dentro da comunidade e dentro da escola porquê.

Você considera que a legislação (Lei N°10.639/2003) contribuiu positivamente para a manutenção do ensino com a inclusão das tradições quilombola?

É muitas da vezes essas leis posso dizer assim que às vezes só é consideravelmente muita das vezes só no papel né mas positivamente nós não temos né essa questão voltada para dentro do próprio quilombo né então é preciso que às vezes né a própria escola né a pessoa que tá de frente né representando a própria associação né nós podemos dizer assim que nós temos uma cesta dificuldade né para essa inclusão é tradicionais já que nós consideramos que sim há uma lei né para ir buscar para ir a fundo mas muitas vezes porque mesmo é muitas das vezes até de conhecimento né isso não chega para ser uma coisa voltada para dentro do próprio Quilombo para dentro da própria escola né porque se é uma questão de lei e é um ensino consideravelmente diferenciado eu posso citar que essa diferença deveria haver dê de do próprio salário do professor a merenda escolar o ensino seria totalmente uma questão mesmo é direcionada para o aluno muitas das vezes é pôr a gente não e não posso dizer nem conhecimento que conhecimento nós temos em relação a isso né mas parte de uma questão política mesmo que fica nesse embate em relação a comunidade tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a importância do ensino da história e da cultura africana a partir de narrativas de moradores de uma comunidade quilombola. A pesquisa é qualitativa e aponta como resultados importantes a necessidade que temos de conhecermos nossas raízes culturais. O estudo de documentos legais mostrou que já avançamos bastante na legislação e que se faz urgente colocar na prática o que já temos no papel. Pensar a temática negra é fundamental para que debates possam ajudar na luta contra o racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Diante do silêncio que existe nas instituições, principalmente nas escolas, rastrear a educação que de fato está consolidada para atender aos anseios da população negra é uma questão urgente. Quando as vozes negras não são relativizadas, todas as demandas de denúncia são amenizadas. Conseguimos legalmente, mas ainda há um longo caminho a percorrer e, nesse sentido, os professores devem estar cientes da necessidade de aplicar uma legislação previsível para instruir as crianças e jovens em suas salas de aula. Práticas instrucionais que integram as ciências humanas e as experiências dos alunos em comunidades quilombolas para uma educação eficaz.

Tendo em conta os resultados deste estudo, concluímos que a escola se tem revelado uma instituição educativa em diálogo com as necessidades e especificidades da comunidade quilombola em que se insere. Porque é um espaço de interação sociocultural que considera a história, a experiência e o conhecimento afro-brasileiro.

Assim, consolida-se uma educação que busca incorporar em seus programas políticos pedagógicos as questões previstas na legislação nacional sobre educação fugitiva. Isso se reflete nas práticas educativas desenvolvidas e vivenciadas no campo da educação, que contribuem para a formação de sujeitos que valorizam a história, a cultura e a identidade quilombola. No entanto, este estudo levanta novas questões a serem investigadas, como a questão da interação entre escolas, comunidades e movimentos sociais que discutem a implementação de diretrizes curriculares na educação formal e não formal.

Vale ressaltar que, no contexto de escrita deste trabalho, a política pública, que avançou muito, estava ameaçada, pois toda a legislação antirracismo estava

sujeita a restrições curriculares obrigatórias, prejudicando positivamente as conquistas em o campo do ensino. Então, temos agora dois desafios, um é manter a política pública que foi conquistada e o outro é garantir que ela continue nas escolas. Nesse sentido, é preciso pensar a educação à luz do Planos Nacionais de Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola e para os Direitos Humanos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc: ANPOCS, 2006. 370 p. ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. Jatobá: ancestralidade negra e identidade. Natal: Editora da UFRN, 2009a.

_____, José Mauricio. Notas sobre as iniciativas em educação no contexto das políticas públicas para quilombos. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Educação Escolar Quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar. Curitiba: SEED, 2010.

_____, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. (org.). Raça: novas perspectivas antropológicas. 2. ed. Salvador: ABA: EDUFRA, 2008. p. 315-350.

BRANDÃO, André Augusto et al. Ações estruturas quilombolas - resultados gerais da avaliação. Cadernos de Estudos desenvolvimento social em debate, Brasília, DF, n. 9, 2010.

BURLET, P. Uma análise sobre a proposta curricular do município de Petrópolis. In: encontro internacional de formação de professores, 10.; fórum permanente de inovação educacional, 11., 2017, [S. l.]. Anais [...]. [S. l.]: 93 ENFOPE: FOPIE, 2017. p. 38-52. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/5119>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CRUZ, C. M. et al. Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar. Curitiba: SEED, 2010. 101 p. (Cadernos temáticos da diversidade).

DAMATTA, Roberto da. O ofício do etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues'. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). A Aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FIABANI, Aldemir. As diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola: a necessária ruptura de paradigmas tradicionais. Identidade!, São Leopoldo, v. 18, n. 3, ed. Esp. p. 345-356, dez. 2013.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília, DF: MEC, 2007. p. 48.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura. Educação & Realidade, Porto Alegre, n. 22, v. 2, jul./dez. 1997. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LOPES, Alice Casimiro. A qualidade da escola pública: uma questão de currículo? In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de (org.). et al. A qualidade da escola pública no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

LOPES, Alice Casimiro. Identidades pedagógicas projetadas pela reforma do ensino médio no Brasil. In: MOREIRA, A. F.; MACEDO, E. Currículo, práticas pedagógicas e identidades. Porto: Porto, 2002. p. 93-118. 2012.

MACEDO, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.11, n. 32, p. 285-372, 2006.

MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, v. 17, n. 50, p. 369- 498, maio/ago. 2012.

MOREIRA, Stephanie Campos Paiva Moreira. Antropologia das mediações: dos “pretos de Coqueiros” à comunidade quilombola do vale do Ceará Mirim. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

MOURA, G.; BARBOSA, E. F. Trabalhando com projetos. Petrópolis: Vozes, 2006. MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-168, 2003.

MOURA, Glória. O Direito à diferença. In: MUNANA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília, DF: MEC: SECAD, 2008. MOURA, Clovis. Quilombos: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1993. MOURA, Clovis. Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____, Glória. Proposta pedagógica: educação quilombola. Salto para o futuro, Rio de Janeiro, boletim 10, jun. 2007. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Educacao-quilombola.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. [São Paulo]: [s. n.], 2003. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

_____, Kabengele. Negritude: uso e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

_____, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. MUNANGA, Kabengele; GOMES Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006. (Coleção para entender).

_____, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. 2. ed. São Paulo: Global, 2016. (Coleção para Entender).

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NUNES, Georgina Helena Lima. “Educação formal e informal: o diálogo pedagógico necessário em comunidades remanescentes de quilombos”. In: BRAGA, Maria Lucia et al. Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília, DF: MEC: SECAD, 2006a. p. 343-360. (Coleção educação para todos).

_____, Georgina Helena Lima. Educação quilombola. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília, DF: MEC: SECAD, 2006b. p. 139-161.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever". Revista de Antropologia, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 17-35, 1998. PATU. Projeto Político Pedagógico: Gestão da Escola. 2015-2018. Patu: [s. n.], 2015.

PINTO, Celeste Moraes. Os remanescentes de quilombolas na região do Tocantins (PA): história, cultura, educação e lutas por melhores condições de vida. In: BRAGA, Maria Lúcia et al. Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília, DF: MEC: SECAD, 2006. p. 275 -308. (Coleção educação para todos). 2006.

SILVA, Tomas Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SIMSON, Olga Rodrigues Moraes von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro, (org.). Educação não formal: cenários da criação. Campinas: Unicamp, 2001. 315 p.

SOARES, Edimara Gonçalves. Escola e Comunidade Quilombola João Surá: construindo Pontes pedagógicas. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar. Curitiba: SEED, 2010.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Usos e abusos da antropologia na pesquisa educacional. Proposições, Brasília, v. 7, n. 2, [20], p. 54-64, jul. 1996.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46. 100 LARCHET, Jeanes Martins. Resistência e seus processos educativos na comunidade negra rural Quilombola do Fojo – BA. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Bahia, 2013.